



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

COMARCA DE GOIOERÊ

VARA CÍVEL DE GOIOERÊ - PROJUDI

Avenida Libertadores da América, 329 - Fórum - Jardim Lindóia - Goioerê/PR - CEP: 87.360-000 -

Fone: (44) 3259-7081 - E-mail: goi-1vj-s@tjpr.jus.br

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO, ARREMATACÃO E INTIMAÇÃO DE TERCEIROS INTERESSADOS, DEMAIS CREDORES E DO(A) DEVEDOR(A): CLEBIO APARECIDO MANGOLIN – (CNPJ/MF sob o nº 387.796.689-68), ERCI HANSEN MANGOLIN – (CNPJ/MF sob o 388.121.189-68), JOSE NILTON DE OLIVEIRA – (CNPJ/MF sob o nº 235.581.809-68) e NILDA ALVES NEQUINHA DE OLIVEIRA – (CNPJ/MF sob o nº 443.563.409-06).

FAZ SABER - a todos os interessados e a quem possa interessar, de que por este Juízo serão levados à arrematação o(s) bem(ns) penhorado(s) à devedora acima mencionada, e por meio do site: www.jeileilos.com.br, de forma "**ON LINE**", nos termos do artigo 882, parágrafo 1º do NCPC e Resolução 236 do CNJ, e nas seguintes condições:

A publicação do presente edital será realizada no site www.jeileilos.com.br, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, por meio do qual já serão aceitos lances. O **PRIMEIRO LEILÃO** será encerrado no dia **19 de MAIO de 2026, a partir das 10h00min**, no qual somente serão aceitos lances igual ou superior ao valor da avaliação. Em não havendo licitantes, dar-se-á início imediatamente ao **SEGUNDO LEILÃO** que será encerrado no dia **19 de MAIO de 2026, a partir das 14h00min**, no qual serão aceitos lances a quem mais der, desprezado o valor da avaliação, não podendo ser por preço vil (**este considerado se inferior a 50% do valor da avaliação – Artigo 891, parágrafo único do NCPC**).

OBSERVAÇÃO: Contendo lance nos 03 (três) minutos antecedentes aos termos finais da alienação, o horário de fechamento do pregão será prorrogado em 03 (três) minutos para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances.

LOCAL: Os interessados em participar da alienação judicial, deverão se cadastrar previamente no site: www.jeileilos.com.br, com o envio de todas as documentações e com antecedência mínima de 24 horas antes do último dia útil do Leilão Público designado, se responsabilizando, civil e criminalmente, pelas informações lançadas por ocasião do cadastramento; Os lances deverão ser oferecidos diretamente no site www.jeileilos.com.br, não sendo admitidos lances realizados por e-mail, assim como qualquer outra forma de intervenção humana na coleta e no registro dos lances.

PROCESSO: Autos sob nº 0000114-30.2018.8.16.0084 de EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL em que é exequente **COOPERATIVA DE CREDITO SICOOB METROPOLITANO** – (CNPJ/MF sob o nº 03.459.850/0001-40) e executados **CLEBIO APARECIDO MANGOLIN** – (CNPJ/MF sob o nº 387.796.689-68), **ERCI HANSEN MANGOLIN** – (CNPJ/MF sob o 388.121.189-68), **JOSE NILTON DE OLIVEIRA** – (CNPJ/MF sob o nº 235.581.809-68) e **NILDA ALVES NEQUINHA DE OLIVEIRA** – (CNPJ/MF sob o nº 443.563.409-06).

BEM: "Lote de terreno urbano nº 06 da quadra nº 17, da Planta Geral do Jardim Lindoia, nesta cidade de Goioerê – PR, localizado em frente para a Rua Campo Mourão, (ex – Moreira Sales), localizado na cidade de Goioerê, município e comarca de Goioerê – PR, com as divisas e confrontações constantes na matrícula nº 15.474 do Serviço de Registro de Imóveis de Goioerê. **CARACTERÍSTICAS:** Trata-se de um imóvel localizado na Rua Campo Mourão, no Jardim Lindoia da cidade de Goioerê, com topografia plana, todo murado, contendo uma edificação em alvenaria, medindo aproximadamente 334,00 m², com forro em laje, coberta com telha de barro, piso em cerâmica e em ótimo estado de conservação. No local há infraestrutura completa. Tudo conforme

ÔNUS: R.5/15.474 – Alienação Fiduciária em favor da Caixa Econômica Federal, **apesar da referida alienação a mesma já se encontra quitada, conforme informação do credor de evento 435.3; Av.15/15.474** – Indisponibilidade de Bens referente aos autos nº 0002495-45.2017.8.16.0084 da Vara Cível de Goioerê; Av.16/15.474 – Indisponibilidade de Bens referente aos autos nº 0000116-97.2018.8.16.0084 da Vara Cível de Goioerê; Av.17/15.474 – Indisponibilidade de Bens referente aos autos nº 0001698-29.2016.5.09.0091 da 2ª Vara do Trabalho de Umuarama; Av.18/15.474 – Indisponibilidade de Bens

referente aos autos nº 0001299-74.2016.8.16.0084 da Vara Cível de Goioerê; Av.19/15.474 – Indisponibilidade de Bens referente aos autos nº 0003083-86.2016.8.16.0084 da Vara Cível de Goioerê; Av.21/15.474 – Indisponibilidade de Bens referente aos autos nº 0001063-88.2017.8.16.0084 da Vara Cível de Goioerê; Av.22/15.474 – Indisponibilidade de Bens referente aos autos nº 0003620-82.2016.8.16.0084 da Vara Cível de Goioerê; Av.23/15.474 – Indisponibilidade de Bens referente aos autos nº 0003620-82.2016.8.16.0084 da Vara Cível de Goioerê; Av.24/15.474 – Indisponibilidade de Bens referente aos autos nº 0005083-59.2016.8.16.0084 da Vara Cível de Goioerê; Av.25/15.474 – Indisponibilidade de Bens referente aos autos nº 0000045-95.2018.8.16.0084 da Vara Cível de Goioerê; Av.26/15.474 – Indisponibilidade de Bens referente aos autos nº 0002384-95.2016.8.16.0084 da Vara Cível de Goioerê; Av.27/15.474 – Indisponibilidade de Bens referente aos autos nº 0000848-10.2020.8.16.0084 da Vara Cível de Goioerê; Av.28/15.474 – Indisponibilidade de Bens referente aos autos nº 5008643-51.2017.4.04.7004 da 2ª Vara Federal de Umuarama; Av.29/15.474 – Indisponibilidade de Bens referente aos autos nº 5008643-51.2017.4.04.7004 da 2ª Vara Federal de Umuarama; R.30/15.474 – Penhora referente aos presentes autos; Av.31/15.474 – Indisponibilidade de Bens referente aos autos nº 0000601-97.2018.8.16.0084 da Vara Cível de Goioerê, conforme matrícula imobiliária juntada no evento 523.3. Eventuais constantes após a expedição do respectivo Edital de Leilão Público. Benfeitorias não averbadas na matrícula imobiliária, eventual regularização por conta do arrematante. Em caso de arrematação de bem imóvel ou veículos automotores ou outros bens dependentes de registro no órgão competente, para expedição da respectiva carta, deverá o arrematante recolher as custas referente à expedição da Carta de Arrematação, bem como comprovar o pagamento do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, para bens móveis, recolhimento da GRC para cumprimento do Mandado de Entrega; é obrigação do arrematante arcar com os tributos cujos fatos geradores ocorrerem após a data da expedição da carta de arrematação.

OBSERVAÇÃO: Os bens serão adquiridos livres e desembaraçados de quaisquer ônus, até a data da expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega (Artigo 908, parágrafo 1º do CPC/2015 e Artigo 130, parágrafo único do CTN).

VALOR DA AVALIAÇÃO: R\$ 850.000,00 (oitocentos e cinquenta mil reais), conforme Laudo de Avaliação do evento 477.1, realizado em 30 de julho de 2025.

OBSERVAÇÃO 1: Consoante o disposto no artigo 892 do Novo Código de Processo Civil, a arrematação far-se-á mediante o pagamento imediato do preço pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio eletrônico.

Artigo 895 do Novo Código de Processo Civil: “O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito: I – até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; II – até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil”; §1º A proposta conterà, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. §2º As propostas para aquisição em prestações indicarão o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo. As parcelas serão atualizadas pela média aritmética simples dos índices INPC e IGP-DI – (Decreto nº 1544/1995), a partir da data da arrematação. § 4º No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. § 5º O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação. Assinalo, ainda, que a apresentação de proposta escrita de arrematação, mediante prestações **não suspende o leilão** e somente prevalecerá caso **inexistente proposta de pagamento do lance à vista**. Inexistindo proposta de pagamento à vista e havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado, estas deverão ser submetidas a apreciação deste juízo, sendo que prevalecerá a proposta de maior valor, ou em iguais condições, a formulada em primeiro lugar (art. 895, § 8º, I e II, NCPC). A ordem de entrega do bem móvel ou a carta de arrematação do bem imóvel, com o respectivo mandado de imissão na posse, será expedida somente depois de efetuado o depósito ou prestadas as garantias pelo arrematante, bem como realizado o pagamento da comissão do leiloeiro e das demais despesas da execução (art. 901, § 1º, NCPC).

OBSERVAÇÃO 2: Qualquer que seja a modalidade de leilão, assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irrevogável, ainda, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o § 4º deste artigo, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos (artigo 903 do Código de Processo Civil/2015), podendo o arrematante desistir da aquisição apenas nas hipóteses do § 5º do Art. 903 do CPC. O presente edital será publicado no site do leiloeiro www.jeileiloes.com.br, de forma a cumprir o preconizado pelo artigo 887, parágrafo 2º do Novo Código de Processo Civil, o qual estará dispensado à publicação em jornal.

DEPÓSITO: Referido bem se encontra depositado nas mãos do executado ROSELI RODRIGUES DA SILVA, com endereço na Rua José Bonifácio, 1180 - Centro - GOIOERÊ/PR - CEP: 87.360-000, como fiel depositário, até ulterior deliberação.

LEILOEIRO: JORGE V. ESPOLADOR - MATRÍCULA 13/246-L.

COMISSÃO DO LEILOEIRO: fixo comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação ou 2% (dois por cento) sobre o valor da avaliação nos casos de adjudicação, remissão ou acordo, sendo que na primeira hipótese caberá à parte exequente o pagamento, e nas outras duas à parte executada ou remitente.

ADVERTÊNCIA: No caso de não ser realizado o Leilão Público na data acima designada por motivo superveniente, fica desde já designado o primeiro dia útil subsequente para a sua realização.

INTIMAÇÃO: "AD CAUTELAM": Fica(m) o(s) devedor(es), qual(is) seja(m): **CLEBIO APARECIDO MANGOLIN – (CNPJ/MF sob o nº 387.796.689-68), ERCI HANSEN MANGOLIN – (CNPJ/MF sob o nº 388.121.189-68), JOSE NILTON DE OLIVEIRA – (CNPJ/MF sob o nº 235.581.809-68) e NILDA ALVES NEQUINHA DE OLIVEIRA – (CNPJ/MF sob o nº 443.563.409-06)**, através do presente, devidamente INTIMADOS, caso não sejam encontrados para intimação pessoal, na pessoa de seu(s) Representante(s) Legal(is). Ficam também Intimados, Através deste Edital, o(s) respectivo(s) cônjuge(s). Eventual(is) Credor(es) Hipotecário(s), Fiduciário(s), coproprietário(s), e usufrutuário(s) do(s) Imóvel(is), na hipótese de não serem eles encontrados para intimação pessoal, das datas, horário e local acima mencionados, para a realização do 1º e 2º Leilão Público do(s) bem(ns) penhorado(s). E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado no lugar de costume, na forma e sob as penas da Lei. **DADO E PASSADO** nesta cidade e comarca de Goioerê, Estado do Paraná, aos dezoito dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis. (18/03/2026). Eu, _____, /// **Jorge Vitorio Espolador** - Matrícula 13/246-L ///Leiloeiro Oficial, que o digitei e subscrevi.

MARIA ÂNGELA CAROBREZ FRANZINI
Juíza de Direito